

O TERRITÓRIO DO MEDO NA LOCALIDADE *TROCA-TROCA*, EM CODÓ-MA, BRASIL

Tamires Neris Pitta Costa*
tamy_mur@hotmail.com
Alex de Sousa Lima**
alex.lima@ufma.br

178

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a dinâmica territorial da localidade *Troca-Troca*, na cidade de Codó-MA. Ao longo dos anos, construiu-se o imaginário do medo na população que reside nessa localidade, em razão da existência de uma *Cracolândia*. Partindo dessa realidade, o objetivo geral do trabalho foi o de analisar o *Troca-Troca*, na cidade de Codó-MA, sob a perspectiva dos conceitos de medo, violência e território. A análise se deu por meio dos dados coletados em entrevistas realizadas com os moradores e comerciantes da localidade, sob o prisma dos conceitos de medo (BAUMAN, 2007), violência (ALMEIDA, 2010) e território (HAESBAERT, 2007). Os resultados apontam para um reforço ao imaginário de território de medo naquela localidade, pois muitos moradores atestam terem sido assaltados em diversos horários, além de se sentirem desprotegidos por não haver reforço policial na área. Um dos entrevistados, por exemplo, relata que seu estabelecimento foi invadido trinta e quatro vezes. Conclui-se, desse modo, que o território do medo, apontado como a localidade do *Troca-Troca*, se constitui como tal devido, inclusive, às práticas de autoproteção evidenciadas nas casas e nos comércios, em resposta à realidade violenta do local.

Palavras-chave: Medo. Violência. Território. *Troca-Troca*.

1. INTRODUÇÃO

É habitual e estranhamente normal nos depararmos rotineiramente com inúmeras notícias sobre violência veiculadas nos meios de comunicação. Essa realidade tem feito parte da vida humana de modo exacerbado e, por essa razão, o medo tem sido fortemente fomentado mediante veículos de comunicação. Assim, o medo passou a fazer parte das relações cotidianas, propiciando a autoproteção, o que se reflete na construção de casas com muitos itens de segurança e que o retroalimenta. Tais medidas, inegavelmente, são tomadas por moradores para que possam se proteger e tentar proteger os mais próximos, o que gera a imagem de um mundo cada vez mais assustador.

Mesmo sendo tal situação tão óbvia, é pertinente ressaltar que a violência apresentada na mídia transmite uma visão limitada e preconceituosa sobre o assunto, sobretudo por ligar a criminalidade às camadas mais pobres da sociedade. Ademais, é importante salientar que a violência pode ser expressa de outras formas, como as agressões de caráter racial, de trânsito, de gênero, entre outras. Assim, esta deve ser compreendida em suas diversas manifestações, para, então, ser possível analisar a violência associada, também, à constituição de territórios.

* Licenciada em Ciências Humanas/História. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus Codó.

** Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto III do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus de Codó.

Inicialmente, é pertinente uma discussão sobre os conceitos de medo, violência e território, pois, neste estudo, esses conceitos se entrelaçam quando da abordagem da constituição de espaços urbanos, até mesmo por se entender que há pouca probabilidade de haver alguma sociedade no mundo que esteja livre da violência e do medo.

O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar a área conhecida por *Troca-Troca*, na cidade de Codó-MA, sob a perspectiva dos conceitos de medo, violência e território. Para tanto, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos: i) conhecer o *Troca-Troca*, da cidade de Codó-MA, e suas dinâmicas, e ii) entender os motivos que tornaram a área do *Troca-Troca* um território de medo.

Além dos objetivos, cabe destacar algumas questões que motivaram esta pesquisa, como: Qual a relação do *Troca-Troca* com os relatos de violência dos moradores e dos comerciantes da localidade? Será que condizem com a insegurança de transitar pelo lugar durante o dia ou a noite? Nesse sentido, será possível reafirmar ou desmistificar a imagem negativa criada historicamente para essa localidade? Ao longo do trabalho, intentamos discorrer sobre tais questões.

2. MEDO, VIOLÊNCIA E TERRITÓRIO

A discussão a seguir aborda os conceitos básicos desta pesquisa: medo, violência e território, visto que neste estudo o conceito de medo é concebido como uma categoria de análise da construção do espaço geográfico. Assim, Santos (2003) destaca que o medo é uma reação emocional, mas também entende que pode ser socialmente construído em nós e sofre uma variação ao longo da história.

O medo, vale destacar, é diferente em cada fragmento da história. Por exemplo, “os gregos divinizaram *Deimos* (o temor) e *Phóbos* (o medo), e tentavam entrar em harmonia com esses deuses em tempos de guerra” (SANTOS, 2003, p. 51). A autora aponta que a característica principal do medo residia no relacionamento dos humanos com os deuses, pois acreditavam que estes poderiam puni-los por seus erros. Todavia, também ressalta que essa noção de medo parte do externo, ou seja, não é apenas uma experiência subjetiva; está além do sentimento individual.

Já na Idade Média, o medo passa a ser concebido como uma questão individual, visto que está internalizado no indivíduo. Segundo Santos (2003), essa visão decorre da doutrinação do catolicismo com as ideias de céu, pecado e inferno. Assim, o indivíduo passa a internalizar essas ideias e a vigiar suas ações em torno delas. Havia, naquela época, não apenas o medo do que viria após a morte, mas também o receio de a pessoa ser usada como instrumento diabólico ou de cair em julgamento inquisidor.

Desse modo, o medo foi se tornando uma experiência cada vez mais interiorizada, mesmo que aliada aos fatores externos. Nessa lógica, Bitencourt (2013, p. 48) entende que: “(...) assim como ocorreram muitas transformações na esfera das relações sociais, a emoção medo também vem passando por transformações, até mesmo a própria concepção relacionada ao medo (...)”. Como exemplo prático, a autora declara que “o afrouxamento da autoridade patriarcal e de seus derivados nas diversas esferas da vida não deu lugar à fraterna união dos iguais, porém a um universo de desorientação e de insegurança cujos sinais estão por toda parte” (SANTOS, 2003, p. 52).

Há, portanto, uma insegurança – fruto dos tempos líquidos – que paira sobre a vida de cada indivíduo, sendo que o medo passa a fazer parte das relações cotidianas na sociedade líquido-moderna, tornando necessária a autoproteção. O medo, então, passou a ser onipresente e pode simplesmente surgir de qualquer lugar, como por exemplo da natureza, com os fenômenos naturais, por vezes desastrosos ao ser humano, ou de um acontecimento que ocorre do outro lado do país ou do mundo, mas que chega aos lares por meio das reportagens obscuras da televisão e da internet (BAUMAN, 2008).

Segundo Packter (2013), existe uma indústria que se aproveita dos sentimentos de medo e insegurança e que é alimentada por veículos de comunicação que diariamente noticiam violência, desastres ecológicos, acidentes de trânsito, entre outros. Ao mesmo tempo, esses mesmos veículos oferecem produtos para que as pessoas se sintam protegidas, seja individualmente, seja coletivamente.

Diante dessas reflexões, Packter (2013, p. 74) questiona de forma retórica: “Por que o medo sobreviveu?”. E a resposta dele foi: “tornou-se necessário”. Diante das ameaças infligidas a si, o gênero humano vem perpetuando, por vezes de modo exagerado, a existência do medo. Dessa forma, o medo passou a sobreviver não por si mesmo, mas pela maneira em que passou a ser utilizado (PACKTER, 2013).

Considerando isso, Bitencourt (2013), ao analisar as reportagens que divulgavam a violência, percebeu que estas estavam resultando na criação de um imaginário do medo na mente das pessoas. Entende ainda que isso cria o “medo do crime”, visto como um fenômeno social, já que assim foi construído, com o suporte quase que exclusivo das mídias, em especial a televisiva e a impressa.

Levando em conta o medo de forma extrema, Costa (2008, p. 20), por sua vez, destaca que “se o medo [...] se torna crônico, afeta a nossa saúde, a nossa capacidade de desenvolvimento e crescimento pessoal, a nossa relação com os outros [...]”. Diante do exposto, torna-se pertinente a seguinte reflexão: esse medo é fundamentado no imaginário ou em uma realidade concreta? Ou se deve concordar com Arendt (1985) que, ao analisar a sociedade no final do século passado, afirmou que devido à insegurança e à violência, tem-se uma geração que se acostumou a pensar na hipótese de não existir o amanhã? Nessa perspectiva, segundo a autora, o futuro não nos traz nenhuma certeza, a não ser a morte.

Concebe-se, considerando o exposto precedentemente, que a violência é uma fonte importante na geração do medo, que, segundo Minayo (2006), abrange todas as classes e os segmentos sociais, não se manifestando somente por agressão física ou acidentes. A autora entende que a violência também se tornou questão de saúde pública, e que para compreendê-la e enfrentá-la é preciso “localizar a sua discussão no conjunto de problemas que relacionam saúde, condições, situação e estilo de vida” (MINAYO, 2006, p. 21).

É importante asseverar que a violência afeta diretamente a saúde dos indivíduos, pois pode provocar mortes e lesões, problemas psicológicos e espirituais, além de alterar a qualidade de vida. Assim, os tipos de violência que ganham maior destaque, em razão da frequência com que acontecem, são: violência criminal, estrutural, institucional, intrafamiliar, auto-infligida, cultural, de gênero, racial e contra deficientes. Também há os tipos de violência que persistem ao longo do tempo, em várias sociedades, como a violência de gênero, a discriminação racial e a discriminação religiosa, conhecidas como violências culturais (MINAYO, 2006).

Concebendo a questão individual, Almeida (2010) entende que a personalidade de cada pessoa é moldada primeiramente por sua herança genética. Entretanto, também partilha da interpretação de Ristum & Bastos (2004), que afirmam que o comportamento violento do homem também é moldado histórica, social e culturalmente.

No intuito de desmistificar a gênese da violência, Minayo (2006, p. 24) aponta que é “uma falsa ideia achar que os pobres são mais violentos. Pobreza não é sinônimo de violência”. Portanto, analisar o conceito de violência é um processo de reconstrução do que se conhece a partir do imaginário popular, que associa atos violentos e criminalidade àqueles que estão à margem da sociedade. Nessa direção, entende-se que a imagem da mídia, especialmente a televisiva, aparece como a maior reprodutora da violência vinculada fortemente à criminalidade. Nessa lógica, Levisky (2010) indica que:

Os reflexos da interferência da mídia como geradora de violência afetam as ressignificações de valores, pontos de referência em torno do qual sujeito e sociedade se organizam e se equilibram. O real imita a ficção e a ficção, de fantasia se torna um ideal a ser concretizado (LEVISKY, 2010, p. 12).

Dessa maneira, as ideias de ficção e realidade se misturam no imaginário da população, que acaba por achar e permitir que a primeira se concretize na segunda. Mas, acima de qualquer visão preconceituosa, o importante é, antes de tudo, analisar o porquê de as camadas mais pobres da sociedade estarem relacionadas à imagem da violência e do medo. Levisky (2010, p. 11, grifo nosso) aponta um caminho de reflexão nesse viés, quando considera que “há um tipo de violência social que gera o excluído e que dele quer se afastar e se isentar de responsabilidades, atribuindo-lhe a condição de **objeto pernicioso**”. Compreende-se, a partir disso, que a violência social se torna geradora da violência física.

Alguns dados confirmam que a violência – independentemente de classe social – tem crescido ao longo dos anos. Conforme Waiselfisz (2014), os dados emitidos pelo Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), entre os anos de 1980 e 2012, apontam as causas de mortes violentas no Brasil, sendo que cerca de 1,2 milhão de pessoas foram vítimas de homicídios; mais de 1,04 milhão foram vítimas de acidentes de transporte, e mais de 216 mil se suicidaram. As três causas juntas somam mais de 2,45 milhões de vítimas.

No tocante aos homicídios, é válido asseverar que estão cada vez mais comuns e servem como combustível a telejornais que passam horas anunciando-os, sem esgotar as notícias, passando a alimentar o imaginário do medo por meio da sensação de insegurança. Conforme os dados concernentes a homicídios, entre os anos de 2003 e 2004 houve uma queda nas ocorrências, por conta das políticas de desarmamento e combate à violência, mas voltaram a subir nos anos seguintes (WAISELFISZ, 2014).

Em outro aspecto, no conjunto das discussões políticas, Arendt (1985) destaca que há uma estreita relação entre o poder e a violência, embora ambos não sejam a mesma coisa, diferenciando-se da seguinte maneira: “A forma extrema do poder resume-se em Todos contra Um, e a extrema forma de violência é Um contra Todos” (1985, p. 26). Em outros termos, a principal característica do poder é ser pertencente a um grupo, que age em comum acordo para um determinado fim, independentemente de se valer da força ou da violência. A autora ainda destaca que:

A violência [...] não depende de números ou de opiniões, mas sim de formas de implementação, e as formas de implementação [...] como todos os demais instrumentos, aumentam e multiplicam a força humana. **Aqueles que se opõem à violência com o mero poder, cedo descobrirão que se confrontam não com homens, mas sim por artefatos fabricados pelo homem**, cuja desumanidade e força de destruição aumentam em proporção à distância a separar os inimigos. **À violência sempre é dado destruir o poder [...]. O que jamais poderá florescer da violência é o poder** (ARENDR, 1985, p. 33, grifo nosso).

Para a autora, a violência deve ser analisada como um fenômeno social, pois está inserida no desenvolvimento político do ser humano, que tem liberdade para agir e reinventar sua realidade. Diante desse cenário, apresentado nos conceitos de medo e violência, faz-se necessário compreender como o conceito de território acaba por ser fundamental na compreensão dos espaços construídos pela ação humana, sobretudo associando medo e violência.

Corrêa (2002) destaca que a ação humana sobre a superfície da Terra produz o espaço geográfico e a apropriação de uma porção de espaço, mesmo que informalmente, gera um território. Para o autor, a sociedade é capaz de produzir diversos territórios em dado espaço geográfico. Daí, torna-se importante salientar, conforme Raffestin (1993), que espaço e território são conceitos diferentes. Para construir um território é necessário que haja primeiro o espaço. Segundo o autor, este último funciona como uma matéria-prima, até que um ator social revele uma intenção de se apropriar dele.

“O território, por ser uma construção histórica que incorpora diversas dimensões (ambiental, econômica, social, institucional e política) expressa identidade e caráter” (PERICO, 2009, p. 34). O território traz consigo valores, signos e códigos desenvolvidos por seus atores sociais em um processo histórico. Acerca do simbolismo presente no desenvolvimento de um território, é importante esclarecer ainda que não se torna obrigatório o uso de meios legais para a apropriação de um espaço, pois ela também se dá de modo informal (PERICO, 2009).

Nessa perspectiva, “a força de sua carga simbólica é tamanha que o território é um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (HAESBAERT, 2007, p. 51). Desse modo, os indivíduos não apenas possuem um território, mas, acima de tudo, pertencem a ele; um espaço onde aflora aquilo que o ser humano tem de mais precioso: a sua identidade.

Outrossim, além de trazer consigo a noção de apropriação e identidade, o conceito de território também traz à tona as relações de poder que por meio dele se desenvolvem. Nessa lógica, em todas as relações sociais há a presença de poder, ainda que de maneira camuflada. Entretanto, vale esclarecer que o poder não é um objeto que se pode efetivamente possuir; é, sim, um exercício que se coloca em prática, e o território, por sua vez, é também indispensável para que o poder exista e se consolide. Nessa esteira, desenvolve-se o conceito de territorialidade, que tem como principal objetivo a manutenção e a defesa do território (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade pode se afirmar em um território por meio das leis, da violência física, da proibição do uso da área, entre outros fatores diversos. A fronteira de uma territorialidade, por seu turno, “é manipulada como um instrumento para comunicar uma ideologia” (RAFFESTIN, 1993, p. 166). Compreende-se que isso funciona de modo ambíguo: positivamente, por agregar um grupo e fortalecer sua
Rev. Educ., Cult. Soc., Sinop/MT/Brasil, v. 9, n. 2, p. 178-190, jul./dez. 2019.

identidade por meio da apropriação do espaço, e negativamente, por excluir, dividir e subjugar os que não se encaixam na identidade do grupo.

Fernandes (2009) aponta que é preciso compreender as tipologias territoriais para realizar uma leitura da diversidade territorial, tornando-se necessário enxergar o território para além de um espaço de governança política. O autor concebe que o território não pode ser apreendido apenas como um espaço de governança, pois corre-se o risco de ignorar as diversas áreas existentes, que também trazem consigo relações de conflito e poder.

Nessa perspectiva, os territórios podem ser de dois tipos: material e imaterial. Isso não significa, porém, que esses dois tipos sejam completamente opostos entre si. Na realidade, um depende do outro para existir. Os territórios materiais são subdivididos em fixos e fluxos. São classificados como fixos aqueles que não sofrem mudança de personagens sociais ao longo do dia ou da semana, já os fluxos são aqueles que sofrem movimentação em determinado horário do dia, como, por exemplo, o território da prostituição urbana e o do tráfico de drogas ilícitas (FERNANDES, 2009). Nesse caso, um mesmo espaço pode ser território apenas para certo grupo social, ao passo que para outros grupos simplesmente não tem significado de território.

Os territórios imateriais, por seu lado, se referem aos conflitos no campo científico e ideológico (FERNANDES, 2009). Nesse sentido, “o conhecimento compartilhado pelos pesquisadores de grupos de pesquisa são territórios imateriais que procuram contribuir com o desenvolvimento de territórios materiais” (VINHA, 2013, p. 27). Destarte, ambos estão interligados e apresentam disputa e relações de poder.

Nessa linha de classificação tipológica dos territórios, Haesbaert (2003) concebe três: i) jurídico-político, onde o espaço é delimitado e controlado politicamente pelo Estado; ii) cultural, que valoriza a subjetividade e a identidade sociocultural dos indivíduos ao se apropriarem do espaço, e iii) economicista, que analisa as relações econômicas, bem como a luta das classes sociais e a relação do ser humano com o trabalho. No tocante aos territórios das cracolândias, dos flanelinhas e das prostitutas, entende-se que poderiam estar inseridos na diversidade territorial, conforme apontam Silva (2002) e Fernandes (2009).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa está dividida em duas etapas. A primeira diz respeito à construção do referencial teórico, baseado em livros, artigos científicos e demais obras. A segunda está relacionada à pesquisa de campo, que envolve coleta de dados e informações sobre o objeto de estudo, assim como observação da área estudada. Sobre a primeira etapa, podemos afirmar que se valeu da contribuição de autores que versaram sobre os seguintes temas: medo, violência e território. O quadro a seguir destaca a contribuição de cada tema selecionado.

Quadro 01: Bases conceituais para a discussão de medo, violência e território.

Autores	Descrição sucinta das abordagens
01 – Medo	

Bauman (2007)	O medo na sociedade pós-moderna; necessidade da autoproteção.
02 – Violência	
Almeida (2010)	Legislação não colocada em prática; desejo de realizar justiça sem o amparo da lei.
Mínayo (2006)	Consequências físicas e psicológicas da violência.
03 – Território	
Perico (2009)	Afirmação territorial (territorialidade).
Haesbaert (2007)	Apropriação simbólica do espaço geográfico.

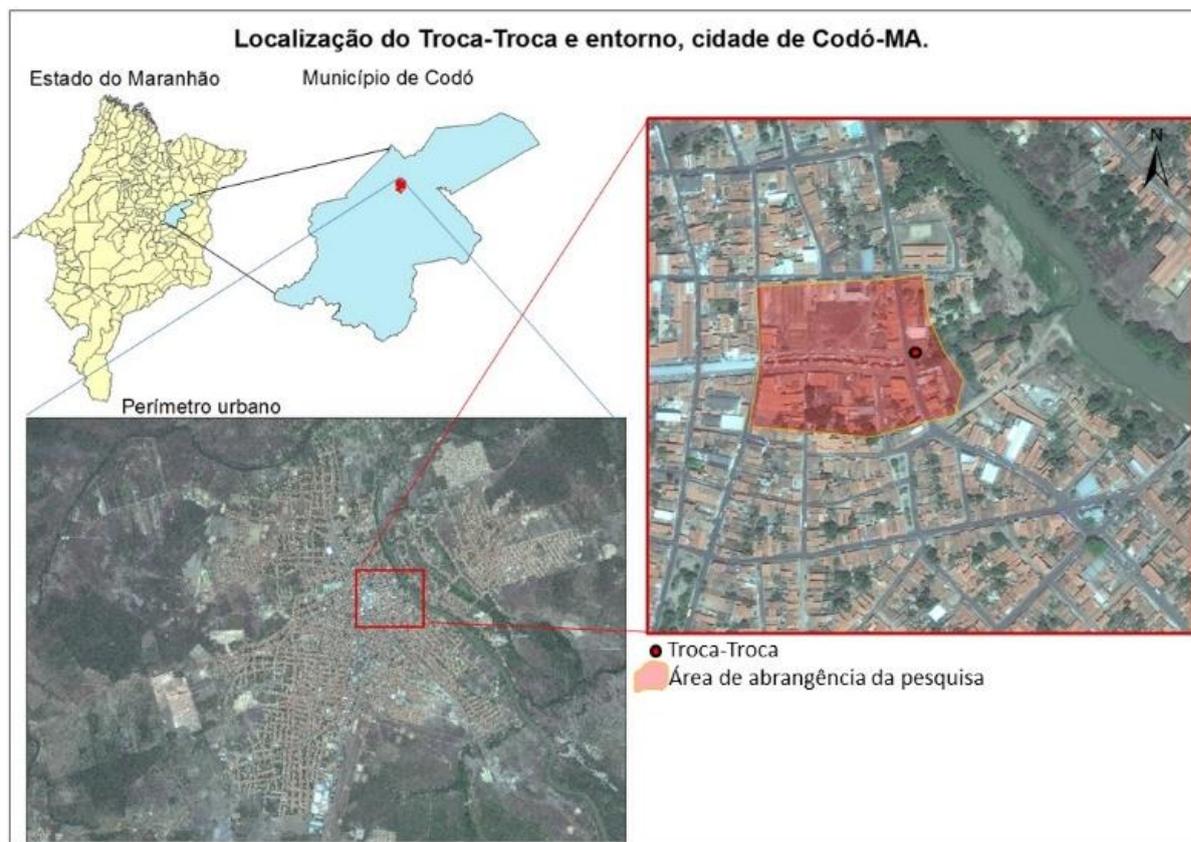
Fonte: organizado pelos autores (2018).

A pesquisa de campo se pautou na aplicação de 20 questionários junto aos moradores e comerciantes de diversos segmentos do *Troca-Troca*, em Codó-MA, no período de 02/02/2018 a 05/02/2018, no turno matutino. As entrevistas continham estrutura semiaberta, a fim de que pudesse ser extraído o máximo de informações dos sujeitos pesquisados. Além das entrevistas, contou-se com os registros fotográficos, que foram essenciais para a leitura e a compreensão da localidade. Os dados foram tabulados no *software Excel 2010*, com vistas à formatação das tabelas.

4. O TROCA-TROCA DA CIDADE DE CODÓ: território do medo?

O território do crack na cidade de Codó-MA, mais conhecido como *Cracolândia*, está situado na localidade chamada *Troca-Troca*, situada no centro comercial da cidade de Codó, na Avenida Maranhão, à margem do Riacho D'água Fria (figura 01). O local é conhecido pela comercialização de objetos que em sua grande maioria são pirateados ou até mesmo roubados. À primeira vista, o *Troca-Troca* não parece ser um local que transmite sensação de medo ou insegurança, porém, duas realidades coexistem na região. Na figura 02, é possível notar a organização da localidade.

Figura 01: Localização do Troca-Troca e adjacências.



Fonte: elaborado pelos autores (2018), a partir dos metadados do IBGE (2010) e de Imagem de Satélite *WorldView* (2013).

Figura 02: Vista da localidade do *Troca-Troca*. a) barracos onde são vendidas bebidas alcólicas e drogas ilícitas, b) vista dos comércios de vários segmentos e c) vista das esquinas onde são comercializadas mercadorias pirateadas.



Fonte: Trabalho de campo (2018).

A localidade é constituída por estabelecimentos comerciais de vários segmentos, em meio às poucas residências, havendo também comercialização de bebidas alcólicas, bem como de CDs e DVDs piratas. Percebeu-se um tráfego intenso de pessoas e veículos durante o dia, especialmente por motivos comerciais. Vinculado a isso, há o tráfico de drogas e a circulação de seus usuários – homens e mulheres, da idade juvenil à adulta –, sobretudo à noite.

foram entrevistados moradores e comerciantes da localidade e das imediações. Do total de entrevistados, oito afirmaram residir na localidade por mais de vinte anos. A tabela a seguir apresenta com mais detalhes o tempo de residência dos indivíduos entrevistados.

Tabela 01: Características dos entrevistados, conforme o tempo que residem no local ou imediações.

TEMPO DE RESIDÊNCIA		
Faixa de tempo	Quantidade de entrevistados	(%)
< 1 ano	03	15%
1 a 4 anos	04	20%
4 a 8 anos	02	10%
8 a 12 anos	00	0%
12 a 16 anos	01	5%
16 a 20 anos	02	10%
> 20 anos	08	40%
TOTAL	20	100%

Fonte: trabalho de campo (2018).

Os dados mostram que 55% dos entrevistados residem há mais de 12 anos na localidade, elemento importante para a compreensão das informações referentes à violência e outros fatores. Quando indagados sobre o nível de segurança do local, afirmam que sentem insegurança ou medo por residirem ou trabalharem naquela localidade (40% dos entrevistados responderam “sim”, sentem medo ou insegurança, pois relataram invasões em suas residências, assaltos e ameaças vindas dos usuários de crack. Já os demais, que correspondem ao universo de 60% dos entrevistados, responderam “não”). Entretanto, a negação, em parte, pode ser justificada pelo fato de já incorporarem naturalmente a violência da localidade ao seu ritmo de vida. Como destaca Minayo (2006), tomam os fatos como algo natural na rotina, relativizando suas consequências, como seus danos físicos e psicológicos.

Os assaltos e os furtos são constantes na região. Para os entrevistados, a maioria desses atos são praticados por sujeitos de outros bairros, mas que são usuários de crack na localidade. Cabe o destaque para um dos entrevistados, o qual alega ter tido seu estabelecimento invadido 34 vezes. Apesar disso, o curioso é que todos os participantes da pesquisa atestaram não ter prestado boletim de ocorrência na delegacia da cidade, alegando que a polícia não intervém de forma decisiva para acabar com a problemática da violência no local.

Sobre as respostas à pergunta de pesquisa: “Você já presenciou ou ficou sabendo de alguém que tenha sido assaltado?”, houve resposta afirmativa por parte de 15 entrevistados. Segundo estes, as vítimas são surpreendidas até mesmo na porta de casa e destacaram que os objetos mais procurados são celulares e bicicletas, em ações realizadas em todos os períodos do dia, sendo o noturno o mais perigoso (afirmaram que a partir das 19 horas já não se transita tranquilamente pela localidade). Um dos entrevistados relatou ter sido abordado duas vezes pelos usuários; uma vez quando se direcionava à Igreja, e outra, há cerca de dez anos, quando sofreu uma tentativa de violência sexual. Além dos assaltos, os entrevistados afirmaram já ter presenciado outros tipos de violência no *Troca-Troca*, tais como: brigas, esfaqueamento e homicídio

entre os usuários de crack.

A *Cracolândia* se estabeleceu por volta do ano de 2003, segundo informações prestadas pelos entrevistados com maior tempo de residência no local. Afirmaram que o território do crack influencia em suas vidas e que o tráfego dos dependentes químicos durante o dia afeta diretamente o comércio local. “*Na parte da tarde os clientes têm medo de andar aqui na região*”, afirmou um dos entrevistados.

O sentimento de medo é constante, em especial para os moradores. Por essa razão, conforme atesta Bauman (2007), é possível depreender que a autoproteção se tornou necessária porque o medo é, a cada dia, mais alimentado, em especial por não haver mecanismos eficientes que tragam total segurança à localidade. Diante da realidade de insegurança, os entrevistados apontaram quais medidas de autoproteção tem adotado: cães no quintal, cercas elétricas, alarmes, pagamento particular de vigilantes noturnos e grades de ferro nas janelas e portas. Com isso, atestaram ter diminuído o número de arrombamentos.

De mais a mais, um dos entrevistados informou que passou a trabalhar armado depois de ter sofrido com assaltos e arrombamentos em sua loja e alegou que tomou essa atitude porque a polícia não resolve a problemática da violência daquela localidade. Todavia, é importante esclarecer que essas atitudes vão de encontro com o que afirma Almeida (2010), quando diz que o desejo de realizar a justiça com as próprias mãos é um dos fatores que influenciam a violência, pois, no Brasil, a legislação não é colocada em prática.

Com relação às respostas sobre a segurança pública da área, ou seja, como percebiam a ação da polícia na localidade, constatou-se por meio de 16 entrevistados que há uma atividade frequente da polícia na localidade do *Troca-Troca*. Sendo assim, cabe questionar: estamos diante de uma contradição? Pois, se a polícia é tão presente, como podem ocorrer tantos assaltos, arrombamentos e brigas? Respondem alegando que o trabalho da polícia consiste apenas em fazer pequenas rondas durante o dia, mas à noite costuma diminuir a frequência.

Para dirimir a questão, as polícias civil e militar foram procuradas para coleta de dados do presente estudo, mas a busca não teve sucesso, pois além da burocracia para o acesso às pessoas que dispõem das informações necessárias, não há um sistema eficiente de armazenamento e tabulação de dados referentes aos crimes ocorridos na cidade. Assim, coletar essas informações demandaria tempo, o que a escritã da delegacia civil afirmou não dispor por estar demasiadamente atarefada.

Outra informação relevante é que no decorrer dos últimos 16 anos houve uma apropriação da localidade pelos usuários de drogas. Segundo Haesbaert (2007) e Perico (2009), a apropriação não requer, necessariamente, meios legais para acontecer, pois também se dá de modo informal, simbólico. Nesse sentido, a realidade do território analisado se identifica com a apropriação simbólica do espaço.

Então, a partir do momento em que delimitam o espaço, desenvolve-se a territorialidade, que é a afirmação territorial, sua manutenção e sua defesa pelos indivíduos que a constroem. Uma marca evidente dessa territorialidade pode ser notada nas constantes brigas entre os usuários da *Cracolândia*, pois se há uma quebra de regra – como dívidas internas –, o problema é resolvido com agressões físicas.

De fato, estamos diante de um grave problema social. E muito além da revolta ou do desejo de acabar com o território do crack na cidade de Codó-MA, está o fato de que os indivíduos que protagonizam esse espaço estão à margem da sociedade, vivendo uma das faces da exclusão social. Sendo assim, expulsá-

los do *Troca-Troca* talvez não seja a melhor solução, pois os entrevistados relataram que enquanto o posto policial esteve presente na localidade os usuários ocuparam outro espaço, que, segundo eles, está localizado próximo à ponte de acesso ao bairro Trizidela. Contudo, logo após a desativação do posto policial, os usuários retornaram.

Diante do exposto, compreende-se que a localidade representa um território do medo, não só para os indivíduos que lá residem ou trabalham, mas também para os cidadãos que rotineiramente transitam pelo lugar, em diversos horários do dia e da noite. Esse território do medo se caracteriza, então, pelo receio dos indivíduos, que se sustenta pela violência presente na localidade, nas mais diferentes maneiras, o que promove formas de comportamento voltadas para a autoproteção, como atestado em campo e nas entrevistas.

Com base nas leituras realizadas e nos resultados da pesquisa *in loco*, foi possível traçar as seguintes observações: i) o território se identifica, na classificação de Fernandes (2009) e Vinha (2013), como sendo material; ii) segundo Haesbaert (2003), é classificado como um território culturalmente construído, pois não é um espaço de governança estatal, e iii) conforme apontado por Silva (2002) e Fernandes (2009), é retratado como diversidade territorial.

5. CONCLUSÃO

Considerando o que fora mostrado até aqui, conclui-se que o território do medo, apontado como a localidade do *Troca-Troca*, constitui-se como tal também devido às práticas de autoproteção evidenciadas nas casas e nos comércios, em resposta à realidade violenta do lugar. Com o transcorrer do tempo, desde 2003, a violência foi se tornando uma constante, o que reforçou o medo nas pessoas. Notou-se que por um curto período de tempo a cracolândia deixou de funcionar no local e a sensação de violência diminuiu, mas mesmo assim deixou marcas no imaginário das pessoas.

Apesar de nas entrevistas alguns apontarem certa naturalidade ao relatarem a violência, isso não quer dizer que seja fácil viver na localidade. Nesse sentido, a relação de identidade com o local é um solo frutífero para a realização de novos estudos. Em uma percepção simplista, um leigo pode questionar: por que, então, não se mudam para outro lugar? Todavia, certamente há razões mais complexas que fazem com que as pessoas que nesse local habitam lá permaneçam e convivam com a insegurança, que é transformada e reforçada em medo.

No tocante à discussão teórica apresentada, destaca-se o conceito de medo como sendo importante para entender a resignificação do local por meio dos casos de violência, a qual tem seus simbolismos. Por exemplo, uma grade de ferro na porta ou uma cerca elétrica são símbolos que indicam resposta à violência. Além disso, o que é (ou não) dito, assim como o horário de circulação das pessoas nesse território indicam os comportamentos determinados pela territorialidade do local. Sendo assim, o território investigado apresenta muitas semelhanças com os diversos territórios do medo já estudados e, a partir dessa lógica, foi possível notar os limites desse fenômeno social e definir a localidade como território do medo.

Como sugestão ao enfrentamento dessa realidade, entende-se que devem ser postas em prática as

políticas públicas de reinserção social com foco em usuários de drogas, como, por exemplo, o Sistema Nacional de Política Sobre Drogas (SISNAD), instituído pela Lei n. 11.343/06, conhecida por Lei de Drogas. Isso poderá proporcionar oportunidades para que os usuários de drogas voltem a gozar de seus direitos de cidadãos, mediante um trabalho de ressocialização. A Lei, é oportuno enfatizar, fomenta não só o tratamento para os dependentes químicos, mas também realiza práticas sociais de acesso ao lazer, ao esporte e à cultura. Outrossim, é importante o reforço da segurança pública efetiva no local, para que assim moradores, comerciantes e transeuntes tenham a oportunidade de retomar suas rotinas com tranquilidade.

THE TERRITORY OF FEAR IN THE LOCALITY “TO EXCHANGE” OF CODÓ-MA, BRAZIL

ABSTRACT

This article presents a discussion about the territorial dynamics of the locality “to exchange”, in the city of Codó-MA. Over the years, the imaginary of fear has been constructed in the population that resides in this locality, due to the existence of a Cracolândia. Based on this reality, the general objective of the work was to analyze the “to exchange”, in the city of Codó-MA, under the perspective of the concepts of fear, violence and territory. The analysis was based on data collected in interviews with local residents and merchants, based on the concepts of fear (BAUMAN, 2007), violence (ALMEIDA, 2010) and territory (HAESBAERT, 2007). The results point to a reinforcement of the imaginary territory of fear in that locality, since many residents attest to being assaulted at different times, as well as feeling unprotected because there is no police reinforcement in the area. One of the interviewees, for example, reports that his establishment was invaded thirty-four times. It is concluded that the territory of fear, as the locality of the “to exchange”, is constituted as such, due to the self-protection practices evidenced in the houses and the shops, in response to the violent reality of the place.

Key words: Fear; Violence; Territory; To exchange.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

ARENDT, Hannah. **Da violência**. Trad. Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.

_____. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

BITENCOURT, Antonio Belamar Oliveira de. **Risco e pânico moral: uma análise sociológica do “medo do crime”** na revista *superinteressante* (2008-2012). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.343/2006**. Sistema Nacional de Política Sobre Drogas (SISNAD). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm>. Acesso em: 09 jun. 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. Prefácio. pp. 7-9. In RIBEIRO, M. A (Org.). **Território e prostituição na metrópole carioca**. Rio de Janeiro: Editora Ecomuseu Fluminense, 2002.

COSTA, Maria Helena da Silva Gil da. **O medo e o desenvolvimento humano**: uma proposta de educação de adultos desde a inter-relação criatividade e motricidade humana para uma vida 'serena, útil e corajosa'. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. pp. 197-215. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. pp. 43-71. In: OLIVEIRA, M. P.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. pp. 11-24. In: Boletim Gaúcho de Geografia. Vol. 29. n. 1. Porto Alegre, 2003.

IBGE. **Base de dados georreferenciados do Maranhão**. S/D.

LEVISKY, David Léo. Prefácio: uma gota de esperança. pp. 6-12. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PACKTER, Lúcio. **Medo**. pp. 74-75. In: Revista Filosofia. Ano VII. n. 81. 2013.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. **Violência urbana**: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. *Ciência e Saúde Coletiva*. 9(1): 225-239. 2004.

SANTOS, Luciana Oliveira dos. **O medo contemporâneo**: abordando suas diferentes dimensões. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*. Ed. 23 (2). 2003.

SILVA, Jan Carlos. O conceito de território na geografia e a territorialidade da prostituição. pp. 16-56. In: RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Território e prostituição na metrópole carioca**. Rio de Janeiro: Editora Ecomuseu Fluminense, 2002.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e geografia agrária: paradigmas em questão**. pp. 27-42. In: Revista Nera. Ano 16, n. 23. São Paulo: Presidente Prudente, 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014**: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014.

Recebido em 26 de fevereiro de 2019. Aprovado em 17 de abril de 2019.